
Violência doméstica contra a mulher: um estudo no Estado de São Paulo – Brasil

Antonia Dalla Pria Bankoff

Paula Ciol

Maria José C.Moraes Marques

Carlos Aparecido Zamai

Ademir Schmidt

Laboratório de Avaliação Postural - FEF-Unicamp

Resumo

A Violência Doméstica é um problema que afeta milhares de pessoas, sendo um problema que não costuma obedecer algum nível sócio-cultural específico e na maioria das vezes acontece por pessoas da própria família. Depois da nossa participação no Fórum Global - Genebra em 2003, onde apresentamos o problema da violência doméstica contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos no Brasil, apresentamos um projeto junto a Secretaria Nacional de Defesa da Mulher, sugerindo a criação de um programa educacional voltado para esportes, qualidade de vida, atividades artísticas e culturais, porque acreditamos que investindo na mulher encontramos o mais simples antídoto efetivo para as pressões e problemas mundiais como guerras, pobreza e doenças. Desta forma, nosso grupo de pesquisa realizou diversas reuniões envolvendo mulheres no estado de São Paulo, no sentido de encontramos saídas para os problemas. De acordo com a Delegacia de Defesa da Mulher de São Paulo, em 2003 foram registradas mais de 350.000 formas de agressões contra a mulher. Por exemplo: 26 homicídios, 1.827 maus tratos, 87.000 ameaças, entre as quais 19.000 resultando em agressões 1.100 estupros, entre outros. Segundo o Ministério Público do Paraná (2003) a cada quinze segundos uma mulher é espancada no país, apesar da atenção e criação de leis a favor das mulheres nos últimos 17 anos. Em 70% desses casos, a agressão ocorre dentro da própria casa pelo companheiro, sendo marido ou namorado. A vítima da violência doméstica geralmente tem pouca auto-estima e encontra-se atada na relação com quem agride, por dependência emocional ou material. Além disso, sente-se traída, pois o agressor promete que nunca mais vai repetir este comportamento, no entanto, o comete novamente. Das mulheres agredidas, 50% têm entre 30 e 40 anos; 30% entre 20 e 30 anos; 50% dos casos o casal tinha entre 10 e 20 anos de convivência; 40% entre 1 e 10 anos e após a queixa 40% dos casais se separam e 60% continuam a viver juntos. Diante destes dados, há uma forte necessidade de se ter uma atenção maior focalizando a violência contra a mulher como um problema prioritário, bem como, solicitar fundos junto aos órgãos governamentais para implementações de pesquisas, pois através da educação permanente e por intermédio de práticas de atividades físicas, culturais e artísticas será possível melhorar a qualidade de vida e o bem estar desta população.

Palavras Chave: Violência doméstica, Agressão, Mulheres. Atividades físicas.

Abstract

The domestic violence is a problem that reaches thousands of people. It can be considered a problem that doesn't follow a specific social and cultural level. After Forum 7, Geneva 2003, where we presented the problem of domestic violence against women, children, adolescents and elders in Brazil, we presented a project to the Women Defense National Secretary for the creation of an educational program in sports, quality of life, cultural and artistic activities, because we believed that investing in women is the single most effective antidote to the worlds pressing problems: war, poverty, and disease. Thus, our research group realized several meetings involving women in state of Sao Paulo searching for solution for the problems. According to the Women Defense Police, in 2003, there were more than 350 thousands of some sorts of violence against women. For instance: 26 homicides, 1.827 bad treatments, 87.000 threaten, with 19.000 resulting in aggressions, 1.100 rapes, among others. According to Public Ministry of Paraná (2003), every fifteen seconds a woman is spanked in the country, despite the attention and law creations protecting the women in the last seventeen years. In seventy percent of the cases, the aggressions occur in their own house and committed by either husband or boyfriend. The victim generally has low self-esteem and is dependent emotionally or materially to the aggressor. Many of them said that the reasons to remain in a violent relationship are: Negative self-concept, children need a father, difficulties getting a job and meeting new friends, husband will reform. In addition, she feels betrayed because despite the promises of the aggressor will never do it again, he does. 50% of women involved with violence abuse they are between 30 and 40 years old; 30% between 20 and 30 years old; 50% of couples were among 10 and 20 years of acquaintance; 40% between 1 and 10 years. After denounce, 40% of couples get divorced and 60% of them keep living together. Thus, it is necessary to draw attention to violence against women as a priority problem and also to identify resources that can help to address it and also throughout artistic, cultural and physical activities bring a better life quality for population.

Key words: Domestic violence, Aggression, Women, Physical activities.

Introdução

A violência doméstica é um tema que vem sendo a cada dia mais abordado como uma questão de saúde e que necessita uma abordagem global.

A Organização Mundial da Saúde reforça-nos comentando que a violência contra a mulher é um problema de saúde pública e os serviços de saúde devem trabalhar em conjunto com a polícia, a justiça e a área de educação. (CREMESP, 2003).

De acordo com o Conselho Social Econômico das Nações Unidas (1992) a violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Em todo o mundo, pelo menos uma em cada três mulheres já foi espancada, coagida ao sexo ou sofreu alguma outra forma de abuso durante a vida. O agressor é, geralmente, um membro de sua própria família. Cada vez mais, a violência de gênero é vista como um sério problema da saúde pública, além de constituir violação dos direitos humanos.

A violência contra a mulher ocorre em todos os países, em todos os grupos sociais, culturais, religiosos e econômicos. No nível social, a violência contra a mulher é mais comum em culturas em que os papéis de gênero são estritamente definidos e impostos; onde a masculinidade é associada à dureza, honra ou dominância masculina; onde a punição de mulheres e crianças é aceita; e onde a violência é a forma padrão para resolver conflitos. (HEISE, 1999; JEWKES, 2002). Embora o abuso ocorra em todos os níveis socio-econômicos, a pobreza e o estresse a ela associado contribuem para a violência por parte do parceiro. (JEWKES, 2002). Apesar do álcool e a pobreza poderem favorecer a violência, não são considerados causas diretas do problema. Nos relacionamentos, o controle da riqueza e das decisões pelo homem, a instabilidade das relações está fortemente associadas à violência. (HEISE, 1999).

A violência contra as mulheres é o tipo mais generalizado de abuso dos direitos humanos no mundo, apesar de ser também o menos reconhecido. Elas estão mais expostas aos diferentes tipos de violência, e os números dessa realidade vem preocupando.

A seguir, discriminamos os atos que podem ser consideradas violências físicas, sexuais e psicológicas:

Violência física:

- Tapas, empurrões, chutes, bofetadas, tentativa de asfixia, ameaça com faca, tentativas de homicídios, puxões de cabelo, beliscões, mordidas e queimaduras.

Violência psicológica:

- Humilhações, ameaças de agressão, privação da liberdade, impedimento ao trabalho ou estudo, danos propositais a objetos queridos, danos a animais de estimação, danos ou ameaças a pessoas queridas, impedimento de contato com a família e amigos.

Violência sexual:

- Expressões verbais ou corporais que não são do agrado da pessoa, toques e carícias não desejados, exibicionismo e voyerismo, prostituição forçada, participação forçada em pornografia. (SCHRAIBER et al, 2003).

Uma parcela considerável da população feminina já sofreu agressão física ou sexual por um parceiro íntimo na vida. O Brasil ocupa uma posição semelhante à de grandes cidades do mundo desenvolvido.

Apesar da alta magnitude, é rara a violência tornar-se visível. Quando mulheres que estão sofrendo violência procuram os serviços de saúde, dificilmente revelam espontaneamente esta situação. (SCHRAIBER et al, 2003).

Muitas vezes as mulheres estão envolvidas emocionalmente e dependem financeiramente daqueles que as agredem. A maioria das mulheres agredidas não são vítimas passivas, mas usam estratégias ativas para maximizar sua segurança e a de seus filhos. Algumas mulheres resistem, outras fogem e outras ainda tentam manter a paz rendendo-se às exigências de seus maridos. O que um observador pode interpretar como falta de reação a uma vida onde reina a violência pode, na verdade, ser uma estratégia de sobrevivência no casamento e uma forma da mulher proteger-se e proteger seus filhos.

Ao mesmo tempo, é freqüente que a recusa e o medo do estigma social impeçam as mulheres de pedir ajuda. Por exemplo, as pesquisas mostram que de 22% a quase 70% das mulheres agredidas nunca tinham revelado tais atos de violência a ninguém. Aquelas que pedem ajuda dirigem-se principalmente à família e aos amigos. São poucas as que chamam a polícia.

Portanto, a reação da mulher à agressão é freqüentemente limitada pelas opções à sua disposição. As razões que elas mais alegam para continuar em um relacionamento abusivo são: medo de represálias, perda de outros meios de suporte financeiro, preocupação com os filhos, dependência emocional, perda de suporte da família e dos amigos e a eterna esperança de que "ele vai mudar um dia". Em países em desenvolvimento, as mulheres citam também que voltar a ser solteiras ou separadas é uma condição inaceitável, constituindo uma barreira adicional que as mantém em casamentos destrutivos. (BOA SAÚDE, 2002).

Também devemos lembrar que a palavra violência pode não corresponder à experiência vivida por algumas mulheres, que não reconhecem os atos agressivos

cometidos pelo marido como violência, mas sim como "ignorância", "estupidez" e outros termos parecidos.

As mulheres agredidas freqüentemente vivem com medo e apresentam depressão, ansiedade e até mesmo a síndrome do estresse pós-traumático (CAMPBELL, 2002). Um estudo da OMS em vários países verificou que as mulheres no Perú, Brasil, Tailândia e Japão que haviam sofrido abuso físico ou sexual por parte de seus parceiros tinham duas vezes mais probabilidades de pensarem em suicídio do que as mulheres que não haviam sofrido nenhuma forma de abuso. (GARCÍA-MORENO, 2002).

A violência tem resultados devastadores para a saúde reprodutiva da mulher, além de afetar seu bem-estar físico e mental. Além das lesões físicas, a violência aumenta o risco, a longo prazo, de que a mulher tenha outros problemas de saúde, incluindo dores crônicas, incapacidade física, abuso de drogas e álcool e depressão. As mulheres com histórico de agressão física ou sexual também correm maior risco de ter uma gravidez indesejada, de contrair uma infecção sexualmente transmitida e de sofrer um resultado adverso em sua gravidez. (BOA SAÚDE, 2002).

Os agressores são geralmente os parceiros, ex-parceiros, tios, filhos, ou quaisquer parentes e vizinhos. Apesar dos parceiros serem os agressores mais comuns, não são os únicos. Mulheres também podem agredir mulheres, e muitas vezes o fazem.

O abuso pelo parceiro pode tomar várias formas, inclusive agressões físicas tais como golpes, tapas, chutes e surras; abuso psicológico por menosprezo, intimidação e humilhação constantes e coerção sexual. Inclui também freqüentemente os chamados comportamentos de controle, tais como o isolamento forçado da mulher em relação à sua família e amigos, a vigilância constante de suas ações e a restrição de seu acesso a recursos variados. (BOA SAÚDE, 2002).

A Violência contra as mulheres: alguns dados

De acordo com o IPAS Brasil (2004) o Brasil é o país que mais sofre com a violência doméstica, perdendo cerca de 10,5% do seu PIB em decorrência desse grave problema.

Pereira (2004) relata que a violência sexual na cidade de São Paulo aponta que 19% das mulheres relatam ter sofrido violência sexual alguma vez na vida; 10% afirmam ter sido forçada ao sexo ou a práticas humilhantes por ameaça ou por medo do parceiro ou ex-parceiro; 7% das mulheres com mais de 15 anos declaram ter sofrido abuso de outros agressores (estranhos e familiares); 12% das mulheres com menos de 15 anos já foram violentadas por outros agressores (principalmente familiares).

O Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em parceria com o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (2004) verificaram num estudo na cidade de São Paulo que: 27% das mulheres relataram algum episódio de violência física; 10% já haviam sido forçadas fisicamente a ter relações sexuais e 29% sofreram violência física e/ou sexual. Das mulheres que sofreram violência física e/ou sexual relatam ter 2 a 3 vezes mais a intenção e a tentativa de suicídio e maior frequência do uso diário de álcool. Destas 41% relataram a violência sofrida aos amigos; 42% procuraram os pais e o mesmo percentual procurou os irmãos e 23% os sogros. Quando perguntadas sobre o motivo para permanecerem na relação 32% disseram ter perdoado; 25% não queriam deixar as crianças e 23% por amor ao parceiro.

Metodologia

Caracterização da pesquisa

A referida pesquisa caracteriza-se como observação direta extensiva, com utilização de questionário, pois este é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito. (LAKATOS e MARCONI, 2001). Segundo Lüdke e André (1986) este tipo de documento é utilizado quando o pesquisador tem limitações de tempo ou de deslocamento.

Instrumentos

O laboratório de Avaliação Postural – FEF-Unicamp desenvolveu um protocolo contendo perguntas abertas e fechadas, a fim de verificar os índices de violência doméstica sofrida pelas mulheres englobando o aspecto físico, sexual, psicológico,

verbal e moral. Após consentimento das mulheres envolvidas na pesquisa, foi feita apresentação deste protocolo para eliminar quaisquer dúvidas com relação ao assunto abordado e, em seguida foi realizado o preenchimento pelas participantes.

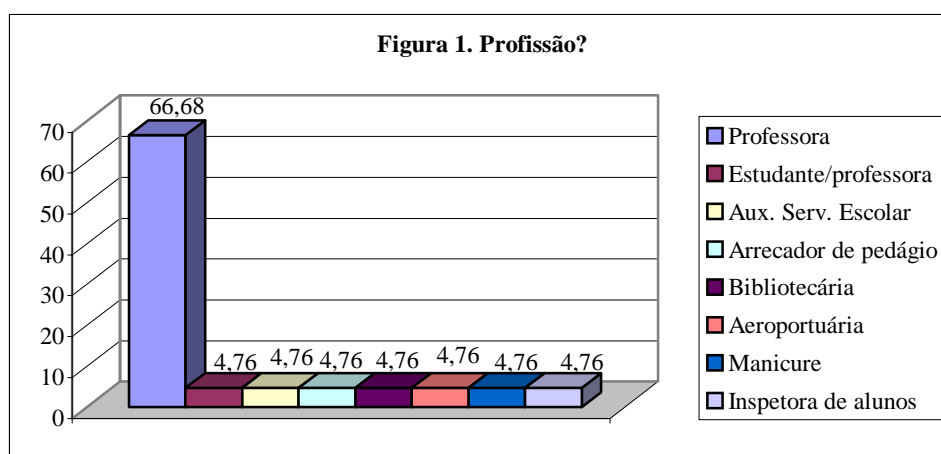
População estudada

Para o desenvolvimento deste estudo foram entregues 70 protocolos, no entanto apenas 62 sujeitos do sexo feminino, faixa etária de 27 a 54 anos, estudantes da área de Pedagogia e residentes em Campinas/São Paulo, consentiram em responder. Os sujeitos foram escolhidos aleatoriamente, embora se tenha dado preferência por este curso, devido ao grande número de mulheres que acabam por freqüenta-lo e também pelo fato dos pesquisadores terem um contato com a direção da instituição.

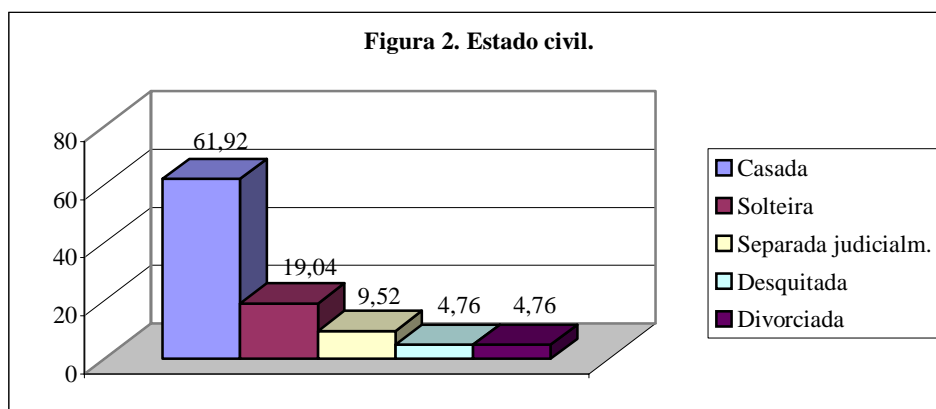
Como exclusão dos sujeitos para o referido estudo, foram adotados os critérios de recusa ou ausência no dia da aplicação do protocolo.

Apresentação dos resultados

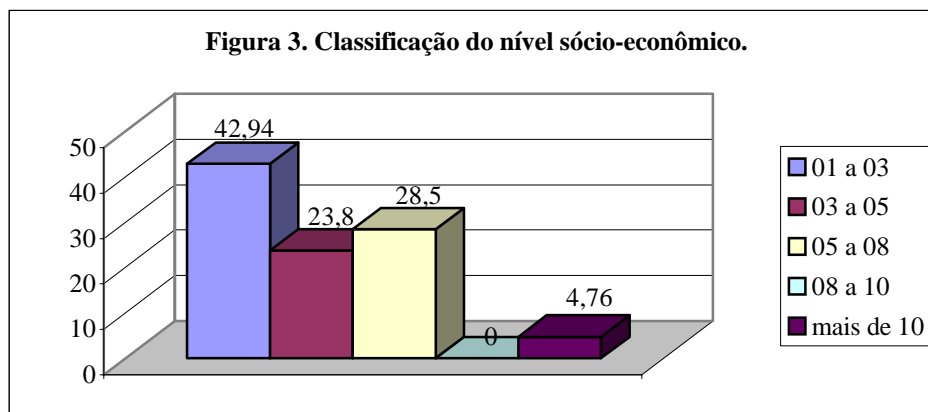
Após consentimento das voluntárias foi feita a apresentação do protocolo e em seguida, aplicado as mulheres dentro das salas de aula do curso de pedagogia. Após foi realizado a tabulação dos dados. O estudo abrangeu 62 mulheres com média de idade de 39,8 anos, os quais encontram-se distribuídos nas figuras de 1 a 14.



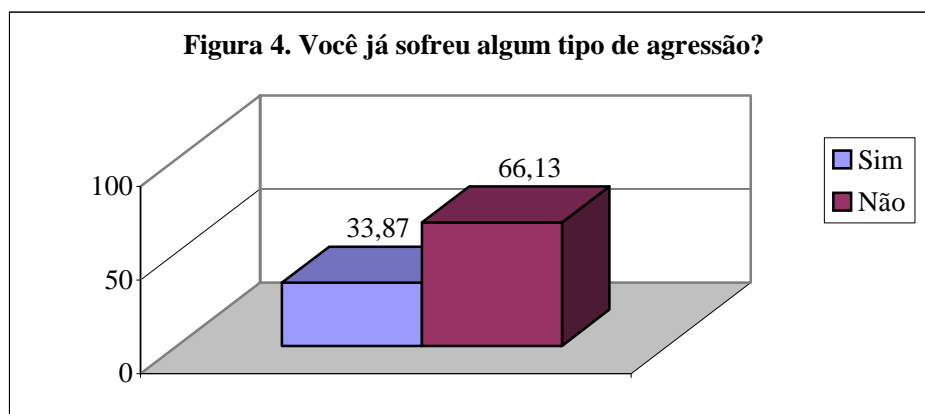
Na figura 1 verifica-se que 66,68% do grupo pesquisado é composto por professoras e 23,32% somam estudantes/professoras, auxiliar de serviços escolares, arrecadora de pedágio, bibliotecária, aeroportuária, manicure e inspetora de alunos, embora todas estejam cursando pedagogia.



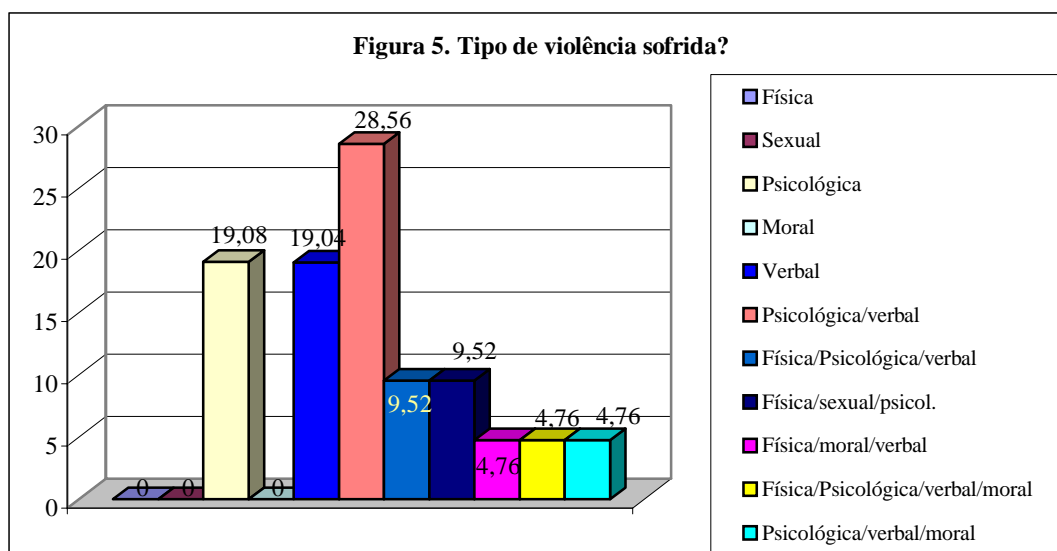
Com relação ao estado civil encontramos na figura 2 os seguintes dados: 61,92% são casadas; 19,04% solteiras; 9,52% separadas judicialmente; 4,76% desquitadas e 4,76% encontram-se divorciadas.



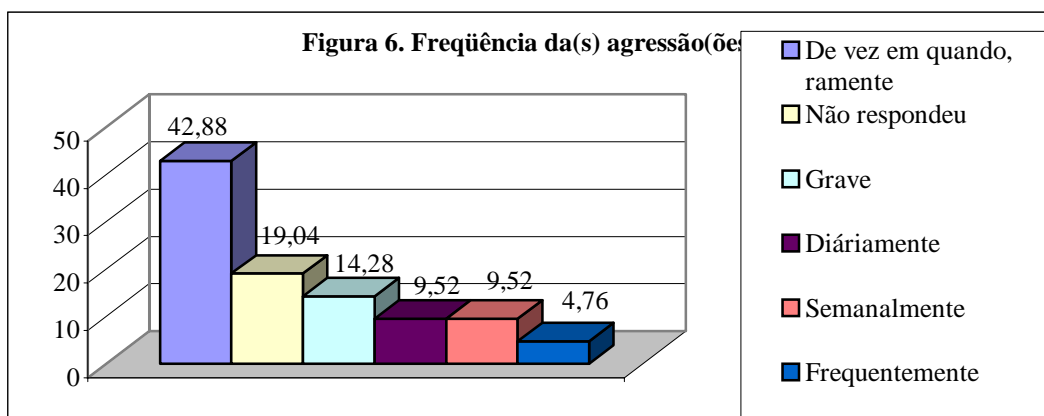
Verifica-se na figura 3 que 42,94% ganham de 01 a 03 salários mínimos; 23,80% de 03 a 05; 28,50% de 05 a 08 salários e 4,76% ganham mais de 10 salários mínimos por mês. Estes dados coincidem com os dizeres de Heise, 1999; Jewkes, 2002, onde as agressões não acometem apenas um nível sócio-econômico.



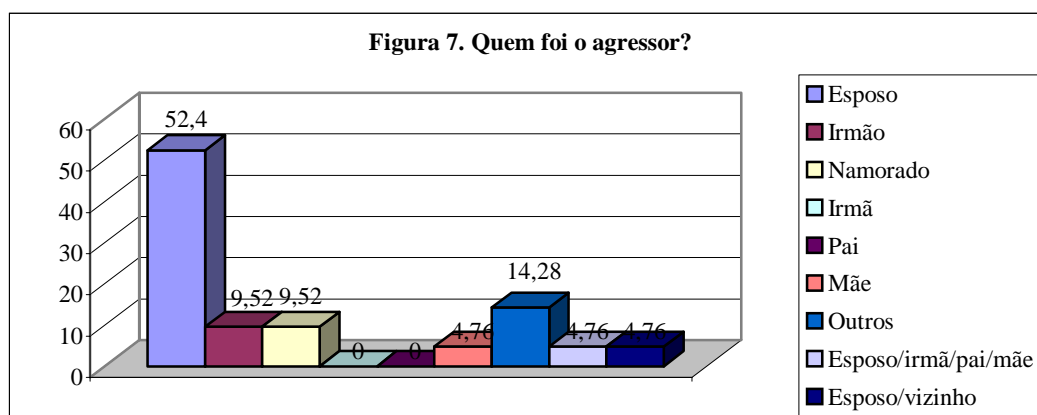
A figura 4, nos mostra que 33,87% afirmaram que já foram vítimas de algum tipo de violência e 66,13% apontam que não sofreram, salientando que as opções abrangem a violência física, sexual, verbal, psicológica e moral.



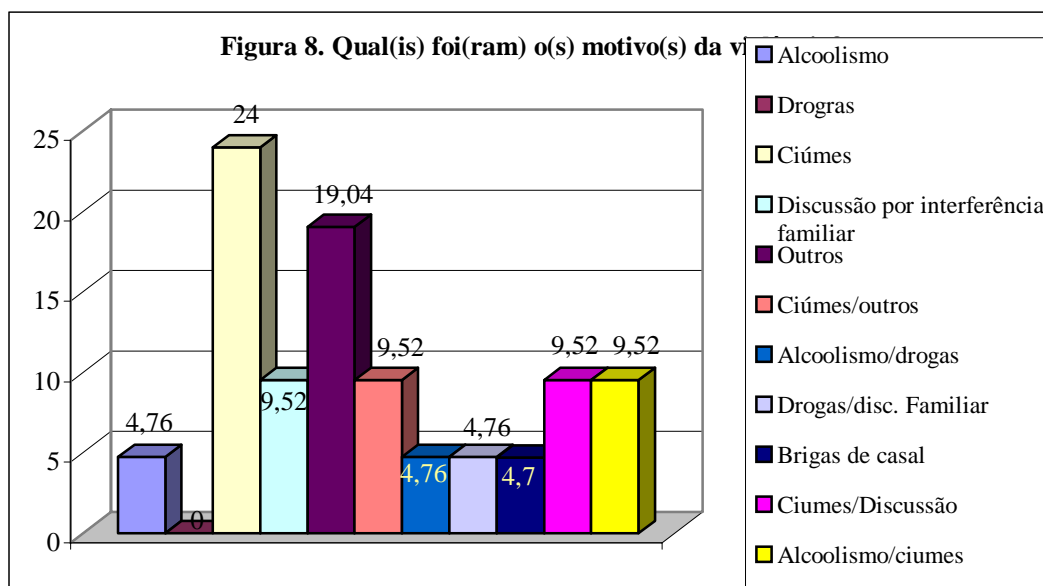
A figura 5 nos mostra que 28,56% foram violentadas de maneira psicológica/verbal; 19,04% foram violentadas psicologicamente; 19,04% foram agredidas verbalmente e 42,84% somam violência física/psicológica/verbal, física/sexual/psicológica, física/moral//verbal, física/psicológica/verbal/moral e psicológica/verbal/moral.



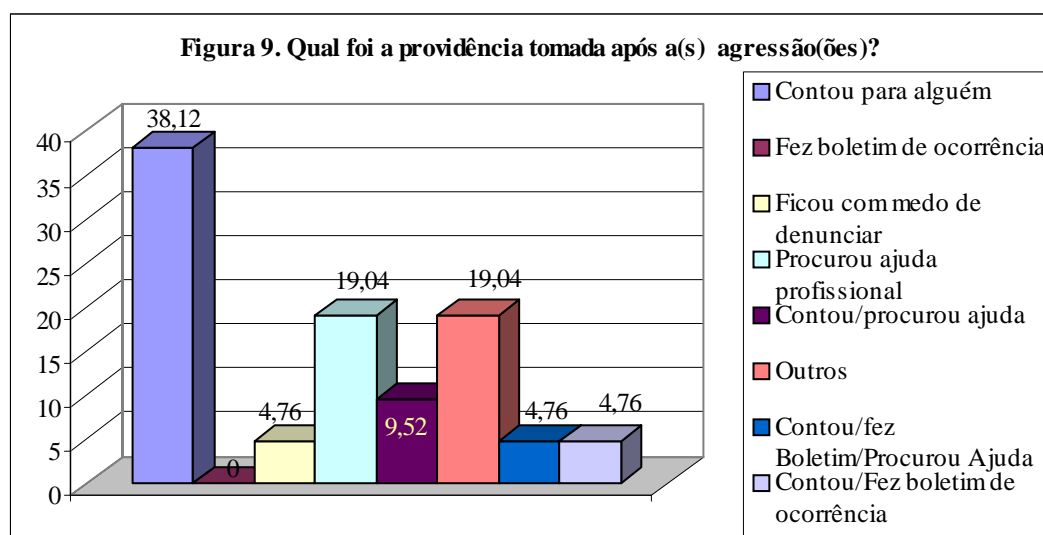
Com relação à frequência das agressões mencionadas anteriormente (figura 6) temos: 42,88% dizem que raramente sofrem de algum tipo de violência; 19,04% não quiseram responder, seguido de 14,28% para as agressões como sendo graves embora não relatam quais.



Na figura 7 podemos observar que 52,40% dos agressores são os esposos; 14,28% outros agressores; 9,52% irmão e namorado; 4,76% para mãe, esposo/irmã/pai/mãe e esposo/vizinho. Resultados semelhantes foram encontrados por Schraiber, Oliveira, Junior, Pinho, 2002.

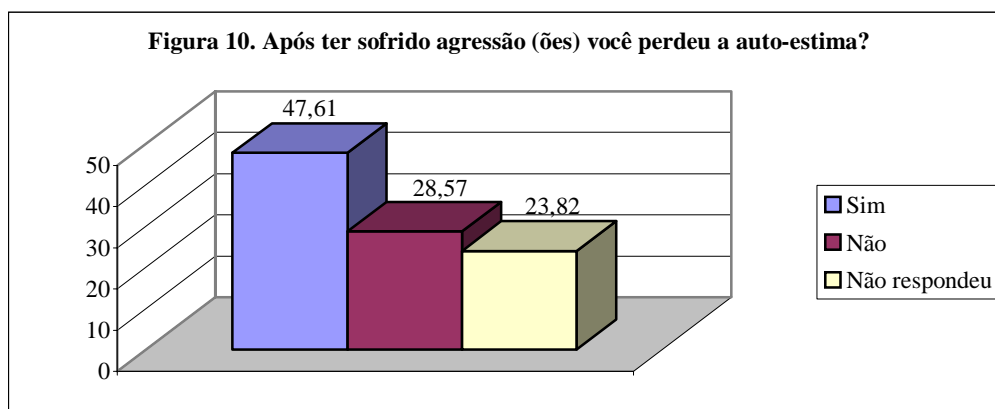


Todos os tipos de violências estão sempre vinculados a algum motivo e neste estudo podemos verificar na figura 8 que os maiores índices foram 24,00% por ciúmes; 19,04% por motivos não relatados; 9,52% por discussões/interferências familiares, ciúmes/outros, ciúmes/discussão verbal, alcoolismo/ciúmes; 4,76% por alcoolismo/drogas, drogas/discussão familiar, brigas de casal e alcoolismo. Nota-se que a maioria das violências são provocadas por ciúmes, ou mesmo quando causado por outros motivos nota-se que o ciúme apresenta-se associado.

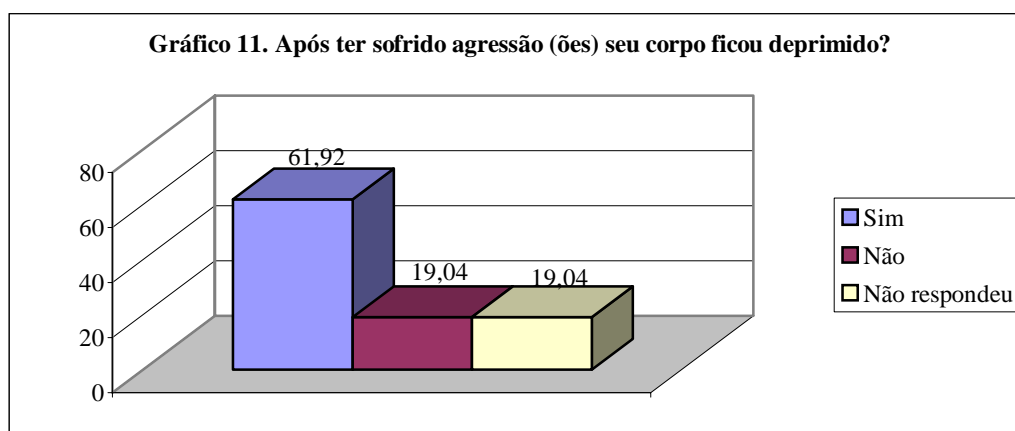


A figura 9 nos mostra que apenas 38,12% contaram para alguém; 4,76% ficaram com medo de denunciar o agressor agüentando calada; 19,04% procuraram ajuda profissional e outros; 9,52% contaram para alguém e em seguida procuraram ajuda profissional; 4,76% das mulheres contaram para alguém/fizeram boletim de

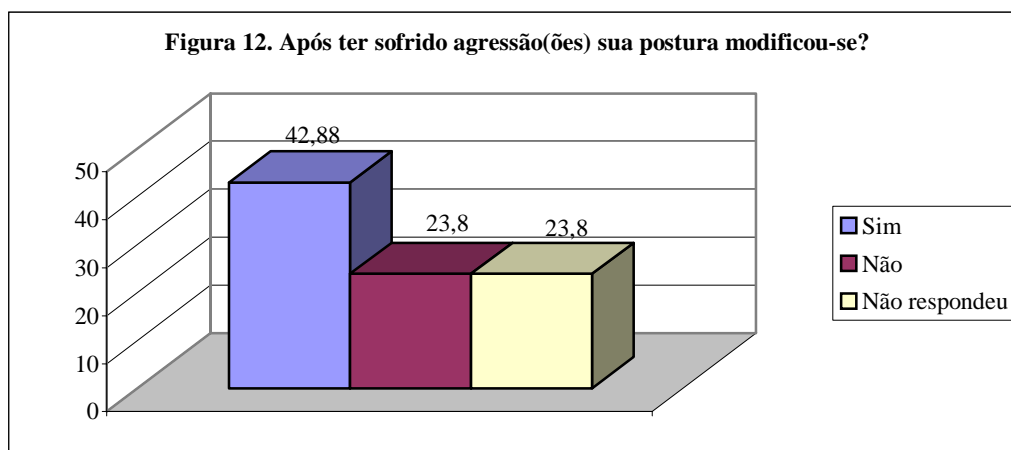
ocorrência/procuram ajuda profissional e contaram para alguém/fizeram boletim de ocorrência em seguida. Talvez pela falta de informações e orientações adequadas o número de mulheres que ainda não tomam uma atitude mais severa permanece alto.



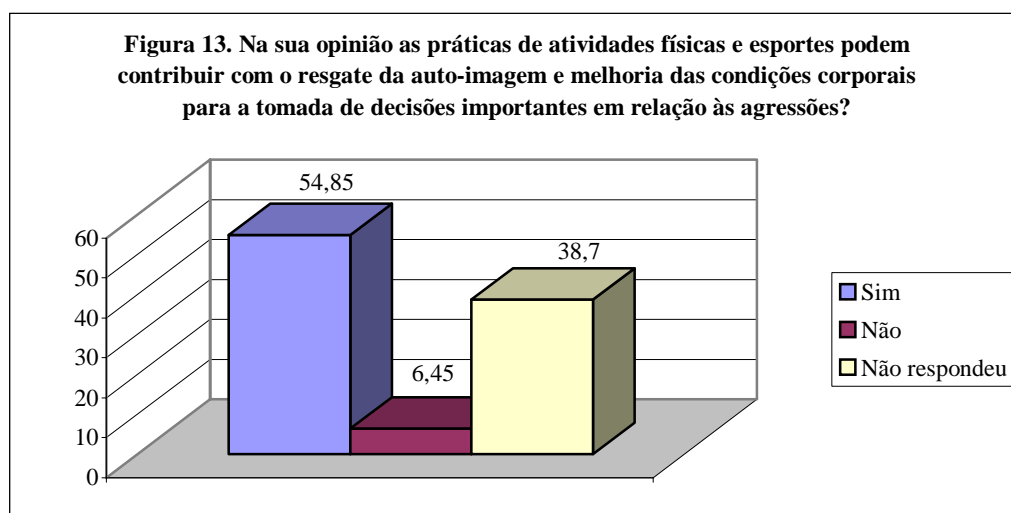
Ainda em caráter de confirmação, perguntamos as mulheres se após ter sofrido as agressões elas perderam a auto-estima (figura 10), e as mesmas disseram que sim 47,61%; 28,57% não disseram que não foram afetadas e 23,82% não quiseram responderam.



A figura 11 aponta que após ter sofrido as agressões, 61,92% dos casos as mulheres agredidas ficaram deprimidas; 19,04% não e 19,04% não quiseram responder.



Os dados da figura 12 mostram que 42,88% dos corpos modificaram-se após ter sofrido as agressões; 23,80% apontaram que não e 23,80% não responderam.



Diante das preocupações com relação à violência sofrida pelas mulheres no Brasil e no mundo, tivemos a preocupação de verificar na opinião delas se as práticas de atividades físicas e esporte contribuem com o resgate da auto-imagem e melhoria das condições corporais para a tomada de decisões em relação às agressões e elas confirmaram com 54,85% que sim, conforme mostra a figura 13.

Diante dos resultados encontrados nesta pesquisa, percebe-se a necessidade de implantação de sistemáticas que possam contribuir para o encorajamento das vítimas tanto em termos de esclarecimentos quanto de apoio para que as mesmas possam denunciar mais os agressores. Também se verifica a necessidade de implantação de programas de atividades físicas e esporte para melhora da auto-estima, bem estar do corpo e mente, enfatizando que as práticas de atividades físicas proporcionam a melhora da qualidade de vida, o que seria muito importante também nestas circunstâncias.

Considerações finais

Ballone e Ortolani (2003) comentam que no Brasil entre os anos de 1999 e 2000, 54.176 pessoas efetuaram registros de ocorrência de crimes sexuais. Cabe lembrar que, em muitos casos, os crimes sexuais não são denunciados, o que significa que os números aqui expostos representam apenas uma parcela dos estupros e dos atentados violentos ao pudor realmente cometidos.

Estes mesmos autores salientam que o número de vítimas de estupros notificados à polícia chegou a 1.395 e o de vítimas de atentado violento ao pudor a 1.761, enfatizando que a maior parte dos autores de violência sexual é conhecida da vítima; 70,4% dos atentados violentos ao pudor foram praticados por pessoas conhecidas (parentes, amigos, vizinhos, colegas, maridos, namorados, amantes etc) da vítima. Em 5,5% dos casos, o crime foi praticado por alguém que mantinha relação conjugal ou amorosa com a vítima; 52,2% das vítimas de estupro foram agredidas por pessoas conhecidas e 13,5% foram atacadas pelo parceiro íntimo.

As vítimas de atentado violento ao pudor são, predominantemente, crianças e adolescentes, enquanto as vítimas de estupro são mulheres de todas as idades.

Neste instante cabe enfatizar que além de destruir centenas de milhares de vidas, a violência contra a mulher causa lesões físicas, dores crônicas, depressão, comportamentos suicidas e dificuldades em obter ou permanecer no emprego. Em alguns países, sobretudo os países pobres e em desenvolvimento, chega a 70% o número de mulheres vítimas de agressões físicas e em 47% as mulheres que tiveram iniciação sexual forçada.

Entretanto, os resultados apontados nas pesquisas indicam que os profissionais podem ser e estar mais bem treinados quanto à forma de perguntar sobre os casos de violência e de responder demonstrando compreensão e oferecendo apoio às vítimas. Ainda, as instituições de apoio existentes devem implantar medidas e intervenções para tratar do problema, ou seja, promover e apoiar pesquisas sobre o tema, bem como promover ações entre os setores jurídicos e os de saúde, incluindo medidas para:

- detectar e tratar a violência sofrida durante a gravidez;

- garantir acesso a anti-concepção de emergência e ao aborto legal para as mulheres sobreviventes de estupro ou incesto;
- garantir que a decisão tomada pela mulher com relação ao aborto seja mantida;
- alterar as leis que penalizam e castigam mulheres por abortar;
- garantir atenção pós-aborto adequada que inclua atenção à violência;
- apoiar as organizações que procuram reduzir a violência contra a mulher.

Enfim, é preciso que todos os segmentos da sociedade se empenhem e tenham estratégias de curto, médio e longo prazo. Muitos governos se comprometem a acabar com a violência contra as mulheres aprovando e executando leis que assegurem a elas o cumprimento de seus direitos legais e punem os culpados, mas ainda são insuficientes para acabar com este problema.

Vale salientar também que existem estratégias comunitárias que buscam dar mais poderes às mulheres, trabalhar também com os homens e mudar os tipos de crenças e atitudes que permitem o comportamento abusivo. Somente quando as mulheres conquistarem uma posição de igualdade com os homens na sociedade, a violência contra elas deixará de ser uma norma invisível e passará a ser vista como uma aberração inaceitável.

Neste sentido o oferecimento de oportunidades envolve a participação em programas de enriquecimento dos conhecimentos e em atividades físicas com objetivos voltados para a melhora da qualidade de vida, bem estar e da saúde de mulheres atingidas pela violência no âmbito do lar, locais de trabalho e na sociedade como um todo e que merecem ter um tratamento digno por parte do "homem".

Referências Bibliográficas

BOA SAÚDE. **Como acabar com a violência contra as mulheres**. Disponível em: <<http://boasaude.uol.com.br/>> Consultado em 20 de agosto de 2004.

CAMPBELL, J. et al. Health consequences of intimate partner violence. **The Lancet** 359(9314):1331-1336 (April 13, 2002).

CONSELHO SOCIAL E ECONÔMICO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do 6º grupo na violência contra a mulher**. Viena: Nações Unidas, 1992.

DEPARTAMENTO DE MEDICINA PREVENTIVA. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. **Violência Contra a Mulher e Saúde no Brasil**. <<http://www.agende.org.br/oms/FolhetoViol%C3%Aancia-2111021.htm>> Consultado em 20 de agosto de 2004.

GARCÍA-MORENO, C. et al. Preliminary Results From the WHO Multi-Country Study on Women's Health and Domestic Violence. **Presentation at the World Conference on Injury**. Montreal: Canada, 2002.

HEISE, L., et al. **Ending violence against women. Population Reports**, Series L, n. 11. Baltimore: Johns Hopkins University School of Public Health, Population Information Program, December, 1999.

JEWKES, R. Intimate partner violence: causes and prevention. **The Lancet**. 359(9315):1423–1429, April 20, 2002.

PEREIRA, A. **A violência em números**. Jornal da Paulista. Ano 17, n. 186, UNIFESP, 2004. Disponível: <<http://www.unifesp.br/comunicacao/jpta/ed186/pesquisa4.htm>>. Acessado em 18 de maio de 2005.

SCHRAIBER, L.B.; D´OLIVEIRA, A.F.P.L. **Violência e direitos humanos – novas questões para o campo da saúde**. 2 ed., São Paulo, 2003.

BALLONE, GJ; ORTOLANI, IV. **Violência doméstica**. In. PsiqWeb, Internet. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/infantil/violdome.html>>, revisto maio 2003.

Endereço para correspondência:

Laboratório de Avaliação Postural/FEF-Unicamp
Prof^a Dr^a Antonia Dalla Pria Bankoff
Av. Érico Veríssimo, 701 – CP 6134
Cidade Universitária – Campinas/SP
E-mail lap@fef.unicamp.br